

Página 1 de 6

REGULAMENTO DO CONCURSO ESPECIAL PARA TITULARES DE OUTROS CURSOS SUPERIORES

Elaboração: GI Data: 19/07/2021

Revisto por GI em 14/05/2025

Aprovação: Presidente do ISAVE

Data: 27-05-2025

lefucho) nig.



Regulamento do Concurso Especial para Titulares de Outros Cursos Superiores

Página 2 de 6

REGULAMENTO DO CONCURSO ESPECIAL PARA TITULARES DE OUTROS CURSOS SUPERIORES

CAPÍTULO I Âmbito e Disposições Gerais

Artigo 1º Âmbito de Disposições Gerais

- O presente regulamento estabelece as normas para acesso nos cursos ministrados no ISAVE – Instituto Superior de Saúde, de ora em diante abreviadamente designado de ISAVE, através do Concurso Especial para Titulares de Outros Cursos Superiores, previstos no Decreto-Lei nº113/2014, de 16 de julho.
- 2. O presente no disposto regulamento aplica-se ao acesso aos ciclos de estudo conducentes ao grau de licenciado, adiante genericamente designados por cursos.
- 3. A matrícula dos estudantes admitidos através do Concurso Especial para Titulares de Outros Cursos Superiores está condicionada:
 - a) à satisfação dos pré-requisitos exigidos para cada curso;
 - b) ao efetivo funcionamento do ano curricular de colocação no ano letivo da candidatura, designadamente por não se atingir o número mínimo de matrículas definido.

CAPÍTULO II Candidatura Artigo 2º

Condições Gerais de Candidatura

- 1. São abrangidos por este concurso, os titulares de grau de bacharel, licenciado, mestre ou doutor obtido em:
 - a) Instituição de Ensino Superior Portuguesa;
 - b) Instituição de Ensino Superior Estrangeira com reconhecimento ao abrigo do Decreto-Lei nº66/2018, de 16 de agosto;
 - c) Não estar abrangido pelo estatuto do estudante internacional regulado pelo Decreto-Lei n.º 36/2014, na sua redação atual.

Artigo 3º

Vagas

- 1. O número de vagas é fixado, anualmente, pelo órgão legal e estatutariamente competente do ISAVE, dentro dos limites fixados por despacho do Membro do Governo responsável pela área do Ensino Superior.
- 2. As vagas são divulgadas no sítio da internet do ISAVE.
- 3. A utilização das vagas sobrantes através do regime de mudança de par instituição/curso é definida pela legislação em vigor.

Artigo 4º





Página 3 de 6

Prazo de Candidatura

1. Os prazos de candidatura aos cursos ministrados pelo ISAVE através do Concurso Especial para Titulares de Outros Cursos Superiores são fixados por despacho do órgão legal e estatutariamente competente do ISAVE e divulgados no sítio da internet da Instituição.

Artigo 5º Instrução de Candidatura

- 1. As candidaturas podem ser efetuadas pelo candidato (ou por um seu procurador bastante) on-line, em formulário próprio para candidaturas, ou presencialmente, nos Serviços Académicos, devendo ser instruído da seguinte forma:
 - a) Candidatura Presencial:
 - i. Boletim de candidatura devidamente preenchido (fornecido pelo Gabinete de Ingresso);
 - ii. Certificado de grau académico e respetivo reconhecimento, quando aplicável;
 - iii. Documento de Identificação.
 - b) Candidatura On-line:
 - i. A candidatura é submetida, em formulário próprio, no sítio da internet do ISAVE;
 - ii. A candidatura tem de ser submetida, obrigatoriamente, com a documentação solicitada. Os documentos originais ou cópias autenticadas para instrução do processo devem ser entregues nos Serviços Académicos até à data limite do prazo de candidatura.
 - iii. A submissão da candidatura está sujeita ao pagamento do emolumento fixado na tabela de emolumentos do ISAVE, em vigor.
- 2. Os candidatos provenientes de instituições de ensino superior estrangeiras necessitam de apresentar os documentos anteriormente referidos:
 - a) Reconhecidos pelo agente consular português local ou legalizados pelo sistema de apostilha, nos termos da Convenção relativa à Supressão da Exigência da Legalização de Atos Públicos Estrangeiros (apostilha da Convenção de Haia);
 - d) Fazer prova que o curso e instituição de ensino frequentados no estrangeiro são definidos como superiores, pela legislação do país em causa. Para o efeito, devem requerer uma certidão de reconhecimento automático ou reconhecimento de nível ou reconhecimento específico ao abrigo do Decreto-Lei nº66/2018, de 16 de agosto.
- 3. A candidatura é válida apenas para o ano letivo em que é submetida.
- 4. Os erros ou omissões, cometidos no preenchimento do boletim de candidatura ou na instrução do processo de candidatura são da exclusiva responsabilidade do candidato.

Artigo 6º **Alterações à Candidatura**

O candidato pode alterar a lista ordenada de preferência dos cursos até um máximo de duas vezes, até 24horas antes da publicação dos resultados. Para este efeito, deve-se dirigir aos Serviços Académicos ou solicitar via correio eletrónico, o preenchimento de um novo boletim de candidatura onde estejam contempladas as alterações pretendidas. O Gabinete de Ingresso procederá à anulação dos boletins anteriores.





Página 4 de 6

Artigo 7º

Indeferimento Liminar e Exclusão da Candidatura

- 1. São excluídos do processo de candidatura, em qualquer momento do mesmo, não podendo matricular-se e/ou inscrever-se nesse ano letivo, os candidatos que prestem falsas declarações.
- 2. Caso haja sido efetivada a matrícula e se confirme a situação referida no nº 1, a matrícula é anulada, bem como todos os atos praticados ao abrigo da mesma.
- 3. A decisão relativa à exclusão do processo de candidatura é da competência do Presidente do ISAVE ou em quem este delegar.
- 4. São liminarmente indeferidas as candidaturas que se encontrem numa das seguintes situações:
 - a) Não sejam acompanhadas da documentação necessária à completa instrução do processo de candidatura;
 - b) Sejam apresentadas fora dos prazos estipulados, com exceção daquelas em que, cumprindo os requisitos definidos no presente regulamento, se verifique a existência de condições de integração dos candidatos, bem como a existência de vaga sobrante no respetivo curso;
 - c) Sejam feitas para ingresso num curso para o qual não foram fixadas vagas;
 - d) Infrinjam as regras fixadas pelo presente regulamento.

CAPÍTULO III Seriação

Artigo 8º

Critérios de Seleção e Seriação

- 1. A seleção e seriação dos candidatos são feitas com base nas habilitações adquiridas até à data da candidatura e comprovadas documentalmente no ato.
- 2. Os critérios de seriação dos candidatos são, por ordem decrescente:
 - a) Maior número de unidades curriculares a que tenham creditação realizadas no ISAVE;
 - b) Maior média nas unidades curriculares referidas na alínea anterior;
 - c) Maior número de unidades curriculares a que tenham creditação, excluindo as referidas na alínea a);
 - d) Maior média nas unidades curriculares referidas na alínea anterior;
 - e) Maior número de unidades curriculares com aprovação do curso que habilita à candidatura a que não obtenha creditação;
 - f) Maior média nas unidades curriculares referidas na alínea anterior;
 - g) Aprovação na prova específica obrigatória;
 - h) Nota mais elevada à prova especifica obrigatória;
 - i) Classificação final do ensino secundário mais elevada.
- 3. Se os critérios anteriores não forem bastantes para ordenar todos os candidatos, compete ao Presidente aprovar outro critério supletivo.





Página 5 de 6

Artigo 90 Resultados

- 1. O resultado do concurso será divulgado através de edital afixado no quadro de avisos do ISAVE e no sítio da internet da Instituição.
- 2. A decisão sobre a candidatura exprime-se através de um dos seguintes resultados:
 - a) Colocado;
 - b) Não colocado;
 - c) Excluído
- 3. A menção da situação de excluído carece de ser acompanhada da respetiva fundamentação.

Artigo 10º Reclamações

- 1. Dos resultados finais do concurso, os interessados podem apresentar reclamação, devidamente fundamentada, ao Gabinete de Ingresso, no prazo fixado no edital de abertura do concurso.
- 2. As reclamações podem ser apresentadas nos Serviços Académicos, ou enviadas por correio, através de carta registada.
- 3. As decisões sobre as reclamações são comunicadas ao candidato por correio eletrónico.

CAPÍTULO IV Matrícula e Inscrição

Artigo 11º Matrícula e Inscrição

- 1. Os candidatos colocados devem proceder à matrícula e inscrição nos Serviços Académicos no prazo fixado no edital de abertura do concurso.
- 2. A colocação apenas tem efeito para o ano letivo a que se refere, pelo que o direito à matrícula e inscrição no curso em que o candidato foi colocado caduca com o seu não exercício dentro do prazo estabelecido.
- 3. Para a instrução da matrícula e inscrição, os candidatos deverão apresentar a seguinte documentação:
 - a. Boletim de Matrícula, devidamente preenchido;
 - b. Pré-Requisito do Grupo A;
 - c. Boletim de Vacinas;
 - d. 2 fotografias.
- 4. A matrícula apenas é validada após o pagamento do emolumento fixado na tabela de emolumentos do ISAVE, em vigor.
- 5. A matrícula tem de ser submetida, obrigatoriamente, com a documentação solicitada. Os documentos originais ou cópias autenticadas para instrução do processo devem ser entregues nos Serviços Académicos até à data limite do prazo de matrícula.
- 6. Os candidatos colocados que não procedam à matrícula e inscrição no prazo definido perdem o direito à vaga, podendo ser chamado o candidato seguinte da lista ordenada, até à efetiva ocupação da vaga ou ao esgotamento dos candidatos ao concurso em causa.



Página 6 de 6

CAPÍTULO V Disposições Finais

Artigo 12º Exclusão de Candidatos

- 1. São excluídos do concurso os candidatos que:
 - a) Não reúnam as condições para a apresentação a qualquer fase do concurso;
 - Não tenham, sem motivo devidamente justificado e aceite pelo Gabinete de Ingresso, completado a instrução dos respetivos processos de candidatura nos prazos devidos;
 - c) Prestem falsas declarações.

Artigo 13º

Erro dos Serviços

- 1. A situação de erro não imputável direta ou indiretamente ao candidato deverá ser retificada, mesmo que implique a criação de vaga adicional.
- 2. A retificação pode ser acionada por iniciativa do candidato, no âmbito do processo de reclamação, ou por iniciativa do Gabinete de Ingresso.
- 3. A retificação abrange apenas o candidato a respeito do qual o erro se verificou.
- 4. O candidato é notificado, sobre as alterações ocorridas e respetiva fundamentação, por correjo eletrónico.

Artigo 14º

Omissões

As omissões ao presente regulamento serão objeto de apreciação pelo Presidente do ISAVE, ouvido o Conselho Técnico-Científico.

Artigo 150 Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor na data da sua aprovação e aplica-se às candidaturas respeitantes a partir do ano letivo de 2025/2026, inclusive.

A Presidente de ISAVE

Professora Do tota Wafa da Duarte

Elaboração: GI Data: 19/07/2021

Revisto por GI em 14/05/2025

Aprovação: Presidente do ISAVE

Data: 27-05-2025